

PREFÁCIO

Guardar

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.

Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por
admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.

Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por
ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela,
isto é, estar por ela ou ser por ela.

Antonio Cicero

As sociedades de economia do conhecimento e de capitalismo cognitivo em que hoje vivemos, são caracterizadas por uma aceleração brutal e maciça da produção, disseminação e redistribuição dos conhecimentos, por constantes processos de inovação e por importantes mudanças dos processos de trabalho, educação e formação. Nesse quadro de significativas alterações nos dispositivos sócio-técnicos, característicos do paradigma tecnológico-informacional em que vivemos, é sabido como as inovações nas tecnologias disponíveis operaram mudanças fundamentais na Web. Esta deixou de ser um repositório de informação e de conteúdos para passar a ser uma plataforma global que permite uma interação social massiva, bem como a autoria e coautoria de múltiplos conteúdos por parte dos utilizadores. A Web não é mais uma mídia passiva para consumo, mas antes uma plataforma global que apela à participação ativa, à autoria, à coautoria, à produção. Esbatem-se assim as fronteiras entre produtores e consumidores, emergindo o conceito de “producers” para caracterizar esta nova forma de utilização produtora e criadora. De igual modo, conceitos como “cultura participatória” vieram sublinhar como os conteúdos acumulam significado e valor

com o seu uso interativo, e como a multiplicidade de plataformas de interação acessíveis nos dias de hoje, encorajam os utilizadores a participar numa cultura de conteúdos que está, constantemente, a ser reformulada e reconfigurada através da comunicação digital e da inteligência coletiva.

No entanto este modelo de “economia do compartilhamento” tem sido criticado por induzir a uma certa *mcdonaldização* e *uberização* da sociedade. O modelo de negócio de grandes empresas como a Amazon, a Google ou o Facebook, seria sustentado por “prosumers” que produzem, consomem e publicitam conteúdos que anteriormente essas empresas teriam de pagar a um alto preço. Por seu turno a Educação tenderia a massificar-se, a transformar-se numa “commodity”, a basear-se numa relação em que o estudante passa a ser um consumidor de produtos e plataformas “oferecidas” pelos gigantes da tecnologia e da indústria da tecnologia educativa, com riscos aliás, para a privacidade dos dados desses estudantes e para a propriedade dos conteúdos gerados por estudantes ou por professores.

É nesse contexto que a questão dos Recursos Educacionais Abertos nos aparece como fundamental para resgatar uma outra forma de aprender, educar, viver, conviver. Os REA partem da ideia dos *comuns* que remete para aquilo que temos, produzimos e vivemos em comum. Algo público (mas não necessariamente estatal) que ao invés de ampliar a propriedade privada cria formas não-proprietárias de produção e uso de bens materiais ou imateriais. Situamo-nos aqui no domínio do conhecimento como bem não rival e não exclusivo. Não rival porque a utilização reiterada de conhecimentos não implica a sua destruição nem o seu desgaste, e não obriga à fabricação de um exemplar de substituição, ao contrário de um bem rival (a laranja que acabo de comer), que não poderá ser consumido por outra pessoa. Por outro lado, o conhecimento é não exclusivo porque ele pode ser

utilizado em simultâneo por vários utilizadores, ao contrário de bens exclusivos que sendo utilizados por uma pessoa não o poderão ser por outras. Estas duas propriedades (não rivalidade e não exclusividade) constituem aquilo a que os economistas apelidam de “bem público”¹. Mas os REA são também algo mais do que bens públicos. Quando os REA são produzidos colaborativamente e os processos de remixagem de conteúdos acrescentam valor ao recurso, quebra-se a tradicional separação entre produção e consumo. Neste caso o consumo e utilização de REAs expande recursos em vez de os diminuir. E um pouco ao contrário do que tinha pensado Hardin em “A tragédia dos comuns”², os comuns não são uma terra de ninguém, facilmente dissipável por uma rivalidade sem fim; os comuns exigem regras, comunidades, diálogo, partilha, negociação e comunicação que é afinal o que estamos também a fazer com a publicação deste livro, construindo em comum uma comunidade que dialoga para cuidar e partilhar, não apenas recursos mas também práticas, tempo e espaços. Mas voltemos às regras. Como é sabido, os Recursos Educacionais Abertos (REAs) são recursos que devem ter uma licença aberta para utilização pelo usuário, tornando possível a partilha, a modificação e a distribuição, mediante determinadas categorias da licença disponibilizada pelo autor. A licença que permite a reutilização, o uso ou a adaptação, sem necessidade de solicitar a permissão do autor, é o que diferencia um REA de outro recurso educacional. As permissões são a essência das licenças. O autor do recurso mantém a sua pegada autoral mas dá direitos específicos aos usuários do recurso, desde que estes cumpram certas condições, incluindo a citação do autor e a fonte

SUMÁRIO

- 1 Bouchez, J-P (2014) – *A economia do saber – construção, desafios e perspectivas*, Edições Plaget, Lisboa.
- 2 Hardin, G. The tragedy of the commons. *Science*, v. 162, n. 3.859, p. 1.243-1.248, 1968. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/162/3859/1243> Acedido em 2 de maio 2020. Sobre o histórico e as diversas perspectivas atuais do conceito de comum veja-se, por exemplo, o excelente artigo de Silveira, S.A. e Savazoni, R.: O conceito do comum: apontamentos introdutórios *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p. 5-18, maio 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4150/3690>. Acedido em 5 de Junho de 2020.

da obra. Os diversos graus de permissão que caracterizam os REAs, ampliam e diversificam imensas possibilidades pedagógicas como se pode ver pela leitura dos capítulos que constam deste volume. Professores e estudantes podem, com esses recursos, organizar um acervo de materiais sobre a sua área/disciplina de atuação, utilizá-los à medida das suas necessidades (para estudo, organização de materiais didáticos, planejamento de atividades curriculares, etc.), revê-los, alterá-los, adaptá-los ao contexto, reutilizando e remixando, selecionando o melhor de cada recurso, criando ou recriando outros e, finalmente, redistribuindo os REAs, seja na sua forma original, seja já revistos e remixados. Na verdade, um REA pode simplesmente ser utilizado como um recurso aberto (um livro, um filme, um curso) para um processo de autoaprendizagem individual, seja este certificado ou não. Ou pode dar aos sujeitos a capacidade de modificar e agregar valor ao recurso, permitindo a remixagem, a recombinação e a recontextualização, enriquecendo assim o recurso e o processo formativo. Ou pode ainda, ir além desse processo de remixagem e envolver a sua redistribuição numa dinâmica de expansão e desenvolvimento de recursos em que os utilizadores podem tornar-se produtores que trabalham o recurso recebido. É o caso de formações que valorizam a colaboração, a interação e a aprendizagem entre pares centrada na construção coletiva de conhecimento. No primeiro caso basta um repositório de conteúdos ou um curso desenhado para a autoaprendizagem, enquanto que no_último caso é necessário que o recurso esteja envolvido numa dinâmica de aprendizagem distribuída. Pode assinalar-se também que existe uma certa correspondência entre o tipo de licenças e os modelos de aprendizagem. Se pensarmos, por exemplo, nas licenças “*Creative Commons*”, uma licença CC BY pode sustentar todo o leque de alternativas pedagógicas, já uma licença que envolve não derivados (CC ND) inibirá algumas modalidades de aprendizagem distribuída que impliquem formas de remixagem, enquanto que uma licença de compartilhamento igual (CC SA) se alinha perfeitamente com modelos

construtivistas, sócio-construtivistas, conetivistas ou outros modelos de aprendizagem distribuída e colaborativa.

Finalmente e para terminar gostaria de sublinhar que a ideia de *comum* não se traduz apenas na produção e partilha de objetos ou artefactos (*commons*) mas que resgata também a ideia de encontro, de comunidade, de partilha de espaços e de tempos não monetarizados, e também de produção de valores e e práticas (*commoning*)³. Nesse sentido é importante pensar também os comuns como uma forma de cooperação entre docentes em comunidade(s) de formação e em atos de partilha de práticas cooperativas. É neste sentido que saliento a importância deste volume organizado por Elena Maria Mallmann, Juliana Sales Jacques, Andrea Ad Reginatto e Taís Fim Alberti, livro de acesso aberto que nos vai permitir uma ampla reflexão e discussão, a partir de uma série de experiências bem ancoradas no terreno educacional e em práticas pedagógicas, de realidades locais e concretas e que escapam, creio eu, à lógica de apropriação de práticas abertas por parte de grandes oligopólios privados⁴.

António Quintas-Mendes

(Universidade Aberta de Portugal - UAb)
Lisboa, 9 de Junho de 2020

SUMÁRIO

- 3 Korsgaard, M. T. (2019) Education and the concept of commons. A pedagogical reinterpretation, *Educational Philosophy and Theory*, 51:4, 445-455, <https://doi.org/10.1080/00131857.2018.1485564>.
- 4 Sobre os riscos de uma apropriação privada dos REAs veja-se Amiel, ter Haar, E. Vieira, M.S., Soares, T.C. (2020) – Who benefits from the public good? How OER is contributing to the private appropriation of the educational commons. In Burgos, D. *Radical Solutions and Open Science - An Open Approach to Boost Higher Education*. Springer Verlag. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007%2F978-981-15-4276-3>.